

## **As relações de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau de ensino superior na Unilab.**

Sandra Trícia Baticam<sup>1</sup>  
Ricardino Jacinto Dumas Teixeira<sup>2</sup>

**Resumo:** As relações de cooperação entre o Brasil e os países da África de ensino superior constituiu um campo de debate acadêmico e político, mas com ênfase nas relações entre estados, enquanto formuladores da política e atores da cooperação internacional. Um dos aspectos pouco analisados foi a presença de outros agentes da cooperação, sobretudo, estudantes do continente africano no Brasil, vinculados ao programa de cooperação educacional na Unilab, com visões e experiências próprias abarcando uma pluralidade de questões, não redutíveis a uma única perspectiva da análise.

**Palavras-chave:** Unilab; Guiné-Bissau; Brasil.

### **The cooperative relations of higher education at Unilab between Brazil and Guinea-Bissau (2014-2017).**

**Abstract:** The cooperative relations of higher education between Brazil and the African countries constituted a field of academic and political debate, however with an emphasis on the relations between states, as policy makers and actors of international cooperation. One of the aspects little analyzed was the presence of other agents of cooperation, especially students from the African continent in Brazil, linked to the educational cooperation program at Unilab, with their own views and experiences embracing a plurality of issues, not reduced to a single perspective of the analysis.

**Keywords:** Unilab; Guinea-Bissau; Brazil.

---

<sup>1</sup> Estudante de Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira: E-mail: [sandratriciabaticam@gmail.com](mailto:sandratriciabaticam@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente de Licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Humanidades na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Avenida da Abolição, 3 – Centro, CEP: 62790-000, Redenção-CE, Brasil. E-mail: [ricardino@unilab.edu.br](mailto:ricardino@unilab.edu.br)

## **Introdução**

Ao longo de séculos, o Brasil e a África tiveram uma longa história comum e distinta de relacionamento, marcada, infelizmente, pelo trabalho escravo e pela migração forçada dos africanos (e guineenses) para o Brasil, particularmente do século 15 até o início do século 18. Um marco decisivo desse período escravista se deu com o surgimento da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal, no século 18. Munida de cartas régias emitidas pelo Reino de Portugal, a companhia se serviu de ancora do regime colonial no chamado comércio transatlântico entre a África, a Europa e América, cuja política escravista abarcava toda a costa ocidental africana, incluindo atual Guiné-Bissau. O principal beneficiário das companhias de comércio era o Brasil.

Apesar do intenso comércio, nessa região, a dificuldade de acesso à educação era evidente, em especial para as populações africanas e afro-brasileiras escravizadas. O impacto socioeconômico das companhias fez ampliar focos de resistências locais no Brasil e em países africanos, como foi o caso da Revolta dos Malês que se opunha à escravidão brasileira, particularmente em Salvador, bem como as resistências de grupos étnicos guineenses contra à presença e à exploração colonial na atual Guiné-Bissau. A extinção do comércio escravista só ocorreu no século 19, apesar de sua manutenção, em outras formas, na atualidade.

Com a extinção de trabalho escravo, iniciou-se um segundo momento das relações entre o Brasil e a África, reveladas, sobretudo, com a independência brasileira, de 1822 a 1850 até o século 20. Foi um período considerado marginal das relações, no contexto da Conferência de Berlim de 1884-1885 que dividiu a África entre os principais países imperiais europeus. Nesse período, o Brasil se concentrou nas relações de cooperação com Europa, América do Norte e América Latina, minimizando suas relações com a África (Banco Mundial e Ipea, 2011; Mutzenbeg, 2014).

Houve um terceiro momento, entre os anos de 1960 e 1970, quando ocorreu os processos das independências africanas. O Brasil foi uma das primeiras nações a reconhecer oficialmente as independências dos países africanos, incluindo à independência da Guiné Bissau, em um momento em que havia fortes lutas sociais contra os ranços autoritários no Brasil. Nesse período, o Brasil procurou se readequar sua política de cooperação com a África, em que o Atlântico Sul se tornou estratégico para o Brasil (Mutzenberg, 2014), em um contexto geopolítico altamente concorrido e favorável à cooperação com o Continente.

À época, três questões se sobressaíram, na agenda externa brasileira para os países da África, quais sejam: comércio, segurança e desenvolvimento, cujo slogan do regime militar seria o de transformar o Brasil em “primeiro do terceiro mundo e não o último do primeiro mundo”. Esse processo não teve continuidade, com a crise econômica e política brasileira na década de 1980. Remo Mutzenberg (2014, p. 140) utilizou o conceito de “esquecimento seletivo da África” para situar a interrupção na cooperação.

Um quarto momento ocorreu com o processo de democratização, anos 1990 em diante, em que o foco para o Atlântico Sul, que já vinha desde os anos 1960, foi retomado, no contexto da dinâmica do “Consenso de Washington” de 1989 patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) e de gerenciamento econômico internacional segundo o Sistema Bretton Woods, gerando mudanças significativas nas relações internacionais. Aconteceu que esse momento ganhou novos contornos, com parceria Sul-Sul para o crescimento e cooperação internacional do ensino superior entre o Brasil a África, em especial com os países africanos da CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, incluindo Timor-Leste, país no Sudeste Asiático.

### **Cooperação internacional na Unilab**

As políticas de ajustes macroeconômicos patrocinados pelo BM e pelo FMI, no contexto dos anos 1990, adicionaram problemas

educacionais e crises sociais comuns ao Brasil e aos países da África, historicamente não resolvidos, com realce no acesso ao sistema do ensino superior. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (Unilab), fundada em 2010, apareceu como uma resposta do governo brasileiro para se repensar seu sistema do ensino superior, até então restrito a certos grupos sociais, mas também, como instrumento da “política solidária” de cooperação internacional de ensino superior que ganhou prioridade na década de 1990, e acentuou-se nos anos 2000, especialmente nos governos dos ex-Presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). A Unilab, dentro dos parâmetros do seu Estatuto, em vigência em maio de 2020, se fundamentou em quatro eixos, como prioridades de sua atuação universitária: solidariedade do Sul, interiorização, democratização e internacionalização. Sua criação foi uma política deliberada do estado, um ator importante da cooperação, mas não único agente da cooperação. Houve a presença de outros agentes, sobretudo, de estudantes do continente africano no Brasil.

### **Problema, objetivos e metodologia**

Com avanços e recuos que ocorreram nas relações de cooperação entre o Brasil e a África, nas últimas décadas, sempre se propagou, no âmbito da política externa brasileira, três discursos: legado colonial comum, solidariedade e dívida histórica, sob alcunha da reparação e retratação. A Unilab foi o lócus da ordem desse discurso e, ao mesmo tempo, criada para formar estudantes africanos, em seus diversos cursos.

A questão central que norteou a construção de problema consistiu em saber como o Brasil e a África, ex-colônias, comprometidas com à justiça social e à equidade, incentivam relações de cooperação empresariais capitalistas, contrárias à integração e à solidariedade? Não seria de esperar que os condicionalismos externos da experiência colonial e a longa história escravocrata promovessem à cooperação solidária no verdadeiro sentido da palavra? Que visões os estudantes africanos

guineenses têm da cooperação do ensino superior na Unilab? O que esteve em jogo? Quais os desafios?

A proposta metodológica se fundamentou em pesquisa qualitativa, através da técnica de entrevistas semiestruturadas, que consistiu em questões abertas a respeito do ensino superior na Unilab, especificamente, sobre visões que os estudantes têm da cooperação, motivações de vinda para o Brasil e os desafios da cooperação do ensino superior na Unilab. Foram entrevistados um total de quatorze estudantes, meninas e meninos, dos cursos presenciais de bacharelato e licenciatura. Entre os quais, Sociologia, Engenharias de Energias, Enfermagem, Letras e Língua Portuguesa, Administração Pública, Ciências Biológicas, Humanidades, Agronomia, Química, de segundo a oitavo semestre.

Desse total, selecionamos algumas entrevistas para nossa análise sobre a cooperação do ensino superior na Unilab. Algumas entrevistas ocorreram em casa de estudantes africanos guineenses, em Redenção e em Acarape, outras ocorreram em salas de aula na Unilab, outras, ainda, porém, respondidas por escrito, sempre de forma aberta.

Para dar conta dos objetivos, à luz do problema central em análise, inicialmente, procedeu-se a exposição do quadro teórico sobre a cooperação entre o Brasil e a África, de forma geral, englobado diversos aspectos abordados na literatura. Em seguida, fez-se a apresentação acerca da emergência do ensino superior na Guiné-Bissau, e, por último, procedeu-se a apresentação do caminho metodológico e análise das visões sobre a cooperação, cooperação do ensino superior, motivações de vinda de estudantes africanos guineenses para o Brasil, bem como os desafios. O estudo justificou-se pela sua relevância no âmbito de debate sobre a cooperação entre a África e o Brasil, tradicionalmente, restrito ao estado.

### **Debate teórico sobre a cooperação entre o Brasil e a África**

Duas abordagens analíticas foram predominantes no debate acerca das relações de cooperação entre o Brasil e a África, uma vertical e outra horizontal ou solidária. Entre essas duas, propomos, no texto, combinar

uma terceira visão, sob à ótica de estudantes, como agentes da cooperação.

A primeira abordagem, na perspectiva vertical, se baseou na lógica do mercado de ações capitalistas. Heleno e Martins (2014, p. 132) realçaram que o modelo brasileiro da cooperação se ancorou em megaprojetos de exploração dos recursos naturais, em África, mas sem mínima preocupação com questões sociais e ambientais geradas pelas empresas brasileiras. Tal modelo se consistiu

[...] nas promoções das “empresas campeãs nacionais” brasileiras nos países africanos, como foi o caso, por exemplo, da empresa Vale do Rio Doce, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Petrobras, incentivadas por empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil - BNDES. Como consequência de suas ações, as empresas foram alvos de críticas da população africana em face de problemas sociais e ambientais gerados por suas atuações em África (HELENO e MARTINS, 2014, p. 132)

Nisso residiu um dos desafios da cooperação entre o Brasil e a África, baseada na promoção de “empresas campeãs brasileiras”. Foi uma ação deliberada do estado brasileiro, por meio de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). No caso específico de Moçambique, mas extensivo a outros países africanos, que se utilizaram as matérias primas como instrumento da cooperação, a presença das empresas brasileiras gerou tensões visíveis e latentes da população local causadas pelas desigualdades socioprofissionais entre trabalhadores estrangeiros e moçambicanos que trabalhavam nas estações da Vale nas minas de carvão, notadamente, no município de Moatize e cidade de Tete.

Em Moçambique, a instalação da Vale teve um impacto na configuração das relações econômicas e sociais, tanto no município de Moatize, com menos de 30 mil habitantes, quanto na capital da Província - cidade de Tete, com 155. 870 habitantes. De um total de 3.008 trabalhadores, 2.684 são moçambicanos e 334 são estrangeiros, mas houve diferença expressiva entre os salários dos moçambicanos e estrangeiros. Enquanto o salário dos moçambicanos variava entre US\$ 113, 00 US\$ e US\$ 4.814, 00, o salário dos estrangeiros variava entre US\$ 665,00 e US\$ 17.677,00. (MUTZENBERG, 2014, p. 146).

Acentuaram-se, aqui, três questões: (1) desigualdade salarial entre moçambicanos e estrangeiros, (2) desproporcionalidade do número dos

funcionários contratados em face aos salários auferidos e (3) concentração da exploração de minas em Moatize e Tete, sobretudo, em Tete, local que congregou maior concentração de mão-de-obra na indústria extrativista da Vale, que, apesar de assumida majoritariamente por filhos da terra, “não fixava a riqueza na terra” (Mutzenberg, 2014). Um elemento ausente na contenda de minas foram agentes estatais moçambicano, principais incentivadores dos megaprojetos, porquanto, não apareciam nem como adversários dos “filhos condenados da terra”, despojados de terras, nem como agentes beneficiários na extração de recursos em Moçambique.

Isso porque, em Moçambique, recorreu-se a instrumentalização da pobreza, do gênero e do território, tentando, com isso, justificar o direito dos moçambicanos à renda, não como agentes particulares, mas sim como um povo e sociedade em geral (MUTZENBERG, 2014, p. 143)

Percebeu-se, aqui, que o estado moçambicano redefiniu, em outras formas e momento distinto, a antiga lógica das companhias comerciais escravistas da acumulação primitiva de capital em África. Enquanto no período colonial o estado português concedeu cartas régias para que as companhias comerciais operassem no comércio escravista transatlântico, no período pós colonial, marcado pela abertura do mercado nacional às empresas transnacionais, o estado moçambicano substituiu cartas régias por incentivos fiscais em Moçambique. Observou-se, ainda, que uma das características dessa cooperação era sua dependência com indústria extrativa. Ou seja, eram os recursos naturais impulsionadores da cooperação do governo moçambicano com o governo brasileiro, na lógica da cooperação vertical, comum a outros países africanos. Foi nessa ótica que a pauta de ensino superior se constituiria parte integrante desse modelo de cooperação

Nesta perspectiva, o desafio das relações de cooperação entre o Brasil e a África não estaria limitado a contextos específicos dos países africanos, no sentido de se estabelecerem relações verticais ou horizontais, mas dependeria de dinâmicas políticas internas conectadas transnacionalmente (Mutzenberg, 2014). No campo do ensino superior, a

Unilab evidenciou dinâmicas transnacionais, ao concentrar um contingente significativo de estudantes africanos guineenses no Brasil.

Já a segunda abordagem, na perspectiva horizontal ou solidária, é mais otimista, em oposição à primeira apontada. A propósito da possibilidade de integração em relações de cooperação, no sentido de se constituírem uma comunidade política de cidadãos críticos, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo (2014) levantou uma série de questões que consistiram em perguntar se é suficiente pensar apenas em relações de dominação nas relações entre o Brasil e a África? Até que ponto foram restritas aos interesses da empresa Vale do Rio Doce, Igreja Universal do Reino de Deus, Televisão Globo e partidos políticos? Macamo relativizou a perspectiva vertical da cooperação e recolocou o debate no campo da ação afirmativa para a cidadania, tanto em África, quanto no Brasil.

A questão de saber o que pode fazer de nós uma comunidade política foi muito profunda, mas o fundamento dessa comunidade política foi a cidadania. Quer o Brasil, quer a África se ressentem da ausência desse fundamento tão crucial que cada um deles tenta ser. Em África não será em pouco tempo que vamos suprir as lacunas que nos foram legadas pela colonização. No Brasil ainda se está a construir esse fundamento, sendo ação afirmativa um dos seus pilares para que possamos construir a nossa relação. (MACAMO, 2009, p. 41)

Houve, aqui, um desejo pela cidadania pela sua ausência. Elísio Macamo reconheceu que a história comum da relação entre a África e o Brasil foi uma história difícil pelo legado do colonialismo, ainda não superado, mas o desafio maior para a constituição de uma comunidade política do Sul estaria no campo de formulação de conceitos e abordagem suscetíveis à edificação de uma relação negociada, consentida e legítima, em oposição à imposição de uma vontade unilateral de um indivíduo ou estado, ou imposições nas relações entre estados, indivíduos e sociedades.

O desafio que enfrentamos na constituição de uma comunidade política do Sul consiste em inventar conceitos e abordagens que tornam possível e real um mundo caracterizado por dominação, ou seja, um mundo em que o exercício de poder seja legítimo [nas relações entre o Brasil e a África], em contraposição à imposição da vontade de um indivíduo (ou estado) sobre outro. Isso porque o poder, por si só, pode ser resistido, enquanto manifestação de força, mas a dominação



legítima pode ser interpelada, questionada ou substituída (MACAMO, 2009. p. 40)

A questão que se colocou foi de saber se essa legitimidade nas relações de cooperação entre o Brasil e a África poderá advir da interpelação de estudantes africanos guineenses, em especial, na Unilab, aberta à outras possibilidades capaz de fazer de nós cidadãos de uma comunidade política emancipadora, com capacidade de formular novos conceitos e visões sobre a cooperação?

Outros autores apontaram a dimensão da segurança dos estados nacionais na correlação de forças no cenário internacional, advindo, sobretudo, dos interesses geoestratégicos, tradicionalmente dos países chamados imperialistas. A especificidade da cooperação brasileira, na perspectiva da horizontalidade, residiria pela sua ênfase na assistência técnica, transferência de tecnologias e desenvolvimento Sul-Sul, razão porque não se poderia falar de relações de exploração sino-brasileira, em África, em termos neocoloniais, mas relações de complementaridades.

Atribuir perfil neocolonial sino-brasileira na África significa assumir o desconhecimento acerca da história do imperialismo do século XIX e de suas práticas atuais, sobretudo, dos EUA, em termos de ingerência externa diretas e indiretas em diversas regiões do mundo. Tais concepções neocoloniais reforçam teses convenientes aos interesses das velhas potências ocidentais, preocupadas diante da crescente presença da China na África. Daí a importância do relacionamento Sul-Sul como alternativa para resistir aos constrangimentos que os países emergentes estiveram submetidos ao adotarem seus projetos de desenvolvimento nacional não atrelados aos interesses ocidentais. Nesse sentido a presença do Brasil na África poderá se constituir num elemento de promoção de desenvolvimento e busca de melhores posições no cenário internacional (PAUTASSO, 2013, p. 76-78)

No campo geopolítico e geoestratégico que o debate se situou. O verbo transitivo “poderá” revelou um desejo, algo ainda inexistente, em termos de complementaridade na relação Sul Sul. Também a “expressão “velhas potências ocidentais” apontou para o desejo de “novas potências”, em oposição à justiça social e à solidariedade na cooperação do Sul. Isto seria um neocolonialismo nas relações de cooperação entre povos do Sul?

O que se percebeu, também, foi a ausência de um olhar crítico africano no debate que expressasse seus entendimentos sobre a cooperação. Para Odete Costa Semedo (2009) a cooperação só será sustentável a partir de uma demanda dos estados nacionais africanos. Isso daria, segundo ela, mais força para honrar os compromissos internos e estabelecer relações com o exterior. Entre os desafios, em termos de sugestões à cooperação, ela sugeriu a) criação de um marco institucional e fórum de pesquisa que se traduziria no plano de ação; b) incentivo à cooperação entre as universidades e centros de pesquisa, e, por último c) diversificação de parcerias com a participação das agências internacionais - ONU – PNUD, UNESCO e a CPLP, com vista captar recursos regulares para implementações de planos de ações, em termos de gestão pública.

Nessa ótica, o estado teria um peso maior como mobilizador de recursos externos, porém, permaneceria dependente das agências internacionais para efetivação de suas políticas públicas do ensino superior. A questão que se colocou consistiu em saber como maximizar financiamentos sem reforçar a dependência externa? Entendemos que as perspectivas elencadas até aqui contribuíram para o debate e a compressão sobre o tema da cooperação, centrada principalmente no estado. Embora se reconheceu seu papel, houve que considerar a presença de outros agentes, com presença e visibilidade na cooperação, dentre os quais as visões de estudantes africanos acerca da cooperação do ensino superior.

### **A emergência do ensino superior na Guiné-Bissau**

Os estudos mostraram que a emergência do ensino superior na Guiné-Bissau foi tardia. Só teve seu momento decisivo com o surgimento da Faculdade de Medicina, em 1986. Nesse período inicial, todavia, como normalmente aconteceram em outros lugares, a Faculdade não dispunha de recursos humanos suficientes, razão porque contava com a cooperação técnica e o apoio financeiro e educacional da China, Cuba, Rússia, Holanda e da própria Organização Mundial de Saúde, enquanto

coordenador dos esforços dos estados nacionais em termos da saúde global.

A política de apoio ao sistema de saúde guineense, que teve início com a criação da Faculdade de Medicina, não teve continuidade com às crises dos anos 1980, agravada pela desintegração política do antigo bloco soviético. A partir desse período, o país iniciou seu projeto de construção de faculdades e escolas técnicas. No ano de 1985, o antigo Destacamento Vanguarda Tchico Té, criado no regime de partido único, foi transformada em Escola Normal Superior de formação de docentes para ensino básico, secundário e superior, em todo território nacional. Em 1990, surgiu, na esfera judicial, a Faculdade de Direito, sediada em Bissau, capital administrativa (FURTADO, 2005).

Essas duas instituições, desde suas fundações até atualidade, contaram com o apoio da cooperação portuguesa. Dois elementos se sobressaram na cooperação com Portugal: promoção da língua portuguesa e formação de professores, tanto das instituições públicas como privadas.

Só em 1999, treze anos após a fundação da primeira faculdade, surgiu, também em Bissau, a primeira instituição pública universitária - a Universidade Amílcar Cabral (UAC). O nome surgiu como homenagem ao líder fundador da nacionalidade guineense e caboverdiana, Amílcar Cabral, que dirigiu a luta comum para a independência dos dois países. Em seu projeto inicial, a UAC incluía ministrar cursos superiores, politécnicos e profissionalizantes, podendo, num segundo momento, alargar-se para graus de bacharelado ao doutorado, integrando, em um só espaço, todas instituições de ensino superior do país, sob tutela do estado guineense.

A partir de 2003, no contexto da liberalização do mercado de educação, surgiu a primeira instituição do ensino superior privado - a Universidade Colinas de Boé (UCB), fundada pelo guineense João José Silva Monteiro, ex-ministro da educação e dos Negócios Estrangeiros e mantinha parceria com o Instituto Politécnico de Leiria, de Portugal, em nível de pós-graduação. O nome Colinas de Boé surgiu em homenagem ao local onde se proclamou a independência unilateral da Guiné Bissau.

Nas últimas décadas, o Brasil passou a ser o destino de estudantes africanos, sobretudo, no âmbito da chamada “cooperação Sul-Sul”. Nossa intenção visou conhecer as visões de estudantes africanos guineenses sobre a cooperação, conhecer as motivações de vinda para o Brasil, conhecer o que pesou na escolha, questões que emergiram e desafios da cooperação.

### **Visões de estudantes africanos guineenses sobre cooperação do ensino superior na Unilab.**

Foi analisada aqui a visão que os estudantes africanos guineenses têm da cooperação do ensino superior entre o Brasil e a Guiné-Bissau no contexto da Unilab. Iniciou-se análise a partir da afirmação de que nas relações de cooperação entre o Brasil e a África poderá se revelar tensões pelo legado colonial, mas também evidenciar interpelações fundamentais à produção de um conhecimento crítico emancipador, através do estímulo à palavra e à liberdade, particularmente no campo do ensino superior.

Com o silenciamento histórico dos povos em África a academia emergiu como único espaço ainda capaz de preservar a palavra. Mas quem pode falar? Quando pode? Sobre o quê? A constituição da palavra revela relações de poder, mas é a partir dela que se constrói o conhecimento crítico fundamental à produção de uma relação sã e mutuamente útil entre o Brasil e a África; um conhecimento crítico que incute o amor à liberdade e um mundo melhor (MACAMO, 2009, p. 46)

Tomando, aqui, como referência, a ideia do silenciamento histórico dos africanos, legado pelo colonialismo e pelo escravismo, os estudantes africanos guineenses tomam a palavra que dão sentidos suas visões da cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau de ensino superior, das quais, emergem visões particulares articuladas transnacionalmente, a partir da Unilab.

Em minha visão, no que se refere à questão da cooperação do ensino superior entre o Brasil e a Guiné-Bissau, eu dou nota dez. Porque se vejamos, o Brasil é o único país que tem uma boa cooperação com a Guiné-Bissau, no que se refere ao ensino superior. Basta observarmos a quantidade de estudantes guineenses que estuda no Brasil. Só na UNILAB, aqui no Ceará, temos cerca de 600 a 700 estudantes guineenses, sem contar em outras universidades em que estudam guineenses, por conta própria. Noutros âmbitos, não tenho conhecimento, e não posso afirmar, mas no que se refere ao ensino

superior o Brasil é o primeiro e o melhor, deixando o preconceito e todo tipo de problemas que ocorrem. Os brasileiros deram oportunidades aos guineenses para terem ensino gratuito, de uma forma mais fácil possível, porque na Guiné-Bissau, por exemplo, quando se fala de bolsa de estudo para o exterior, se sua família não tem dinheiro, você fica sem ensino superior. Mesmo tendo a capacidade de concorrer e de ser aprovado em concurso, você não consegue por não pertencer aquela família, a que chamamos de elite. [...]. Os estudantes guineenses, que vem para o Brasil, são, em sua maioria, de baixa condição financeira. São pobres. Para conseguir estudar, têm que vir para o Brasil. Aqui existe uma facilidade, sem a corrupção. Aqui fica mais fácil, em relação a Marrocos, França, Rússia etc. Nestes países, os pais precisam ter dinheiro, ou seja, pertencer ao Estado guineense. Caso contrário, você não consegue. Nós não temos famílias em cargo político. Brasil é o melhor país que realmente tem cooperação e é muito visível. Hoje posso afirmar que tem mais estudantes guineenses no Brasil do que em qualquer parte do mundo. E graças a essa cooperação. Para vir ao Brasil não é o poder financeiro. É a capacidade que conta. (Entrevistado 1).

O entrevistado ressaltou a especificidade da cooperação brasileira e a importância da integração, sobretudo, nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), que aprofundaram a cooperação com os países da África. Três questões se sobressaíram sobre a especificidade da cooperação brasileira: gratuidade do ensino superior brasileiro, processo seletivo rigoroso, transparência e acessibilidade, em oposição a cooperação com Rússia, Marrocos e França, na qual a atribuição de bolsas de estudos era restrita aos filhos de famílias atreladas ao Estado guineense. Tirando a questão do preconceito e outros problemas, considerou-se o Brasil melhor parceiro de cooperação.

Entre as motivações de vinda para o Brasil, a desigualdade familiar no acesso aos recursos para a sobrevivência na Guiné-Bissau, mais uma vez, teve implicações na escolha da Unilab pelos estudantes africanos guineenses, já que na Unilab, grande parte de estudantes africanos foram (são) filhos de famílias de baixa renda, denominados na Guiné-Bissau *fidjus dibideras*, excluídos no acesso ao ensino superior no país de origem. Por isso a Unilab se destacou como locomotiva da cooperação educacional do Brasil com os países africanos em geral e Guiné-Bissau, em particular.

Antes de vir para o Brasil, eu já sabia de bolsa do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G). Eu tive dois

irmãos que passaram nesse processo. Eu soube que o Brasil oferecia vagas para Guiné-Bissau, mas eu nunca tentei pesquisar ao fundo em que baseava essa cooperação educacional. Vindo já para o Brasil, num processo interno diferente, que a Unilab faz, acabei conhecendo a política do governo brasileiro para com alguns países de África, em especial os da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). No caso da Unilab, a relação com África se assentou no fundamento da cooperação Sul-Sul, em que o governo brasileiro, desde o primeiro mandato do presidente Lula, e durante o mandato da presidenta Dilma, que foi interrompido com impeachment. [...]. Muitos discutem sobre as formas de cooperação, ou seja, quem sai a ganhar. E creio que tanto o Brasil como Guiné-Bissau têm a ganhar com essa cooperação, porque cá estamos nós cursando o ensino superior, uma oportunidade que, talvez, muitos de nós não teríamos caso não existisse a cooperação com o Brasil. Embora possa haver muitos empecilhos, no âmbito da cooperação, pois não estudei documentos sobre a cooperação. Muitas pessoas afirmam que tudo que o Brasil oferece, recebe em dobro, outras formas. Mas creio que a cooperação é benéfica para um país como a Guiné-Bissau, que precisa de quadros. E, certamente, é o ensino superior que fornece quadros. Para mim é bastante proveitoso a cooperação com o Estado brasileiro (Entrevistado 2).

Afinal, o que esteve em jogo? Quem ganhou com a cooperação? Percebeu-se, nessa fala, algumas ambiguidades e tensões presentes na cooperação. Embora o entrevistado reconheceu a importância dos programas educacionais de cooperação brasileira, que lhes permitiu, por exemplo, saber da existência da Unilab; apesar de afirmar que todos ganham com a cooperação, no sentido horizontal, sobretudo, países como a Guiné-Bissau que precisou formar seus quadros de nível superior, houve, paradoxalmente, outras visões paralelas, que reconheceram empecilhos, no sentido vertical, segundo as quais tudo que o Brasil ofereceu à África, em vantagens, recebeu em dobro, de outras formas, em desvantagens dos africanos. Em termos gerais, as ambivalências e tensões presentes nas falas sobre a cooperação apontaram a presença de outros atores, dentre os quais estudantes africanos guineenses, cujas visões poderão contribuir com a reflexão acerca da cooperação para além das análises centradas no estado, abarcando uma pluralidade de visões, agentes, questões e desafios atuais da cooperação Sul-Sul do ensino superior a partir do contexto da Unilab.

## **Referências bibliográficas**

BANCO MUNDIAL; Ipea. *Ponte sobre atlântico Brasil e África subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília: Banco Mundial, Ipea, 201. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12637](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637). Acesso em 27.05.2020

HELENO, Maurício e MARTINS, Mônica. Cooperação ou dominação? A política externa do governo Lula para a África. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, UECE, vol. 10, nº 18, 19, 2014, p. 125-143

MACAMO, Elísio. Relações entre o Brasil e a África: os desafios da produção dum conhecimento crítico. *Estudos de Sociologia*. Recife, UFPE /PPGS, Vol. 15, nº 2, 2009, p. 35 – 47

MINAYO, Sousa Cecília Maria(org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2014, p. 137-153

PAUTASSO, Diego. China e Brasil na África subsaariana e a retomada da questão nacional. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, UECE, vol. 9, nº 17, 2013, p. 61-82

SEMEDO, Maria Odete. Revisitando a cooperação Brasil/África face aos desafios dos novos tempos. *Estudos de Sociologia*. Recife, UFPE / PPGS, Vol. 15, nº 2, 2009, p. 107-120

TEIXEIRA, Dumas Jacinto Ricardino. Cabo-Verde no atlântico sul. *Defesa dos povos do atlântico*. Fortaleza: ed UECE, 2017, p. 105-125.